



escola de gestores
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO CONTEXTO SOCIAL DA
GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

CILENE MAGALHÃES SANTOS

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO CONTEXTO SOCIAL DA
GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

Cilene Magalhães Santos

A FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO EXTERNA NO CONTEXTO SOCIAL DA GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em _____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores

Profa. Denise França Stehling (orientador) – UFMG

Prof. UFMG

Cilene Magalhães Santos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu esposo Roberto de Souza Brandão, sempre me apoiando em todos os momentos da minha vida.

À minha filha Catharina Magalhães Brandão, grande incentivadora dos projetos de trabalho e aos meus colegas de trabalho e alunos da Escola Estadual de Felisburgo, fonte de inspiração para formação profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que nos presenteou com o bem mais precioso que poderíamos receber, a vida, e com ela a capacidade para pensarmos, amarmos e lutarmos pelos nossos ideais.

Aos meus amados esposo e filha fonte de estímulos em toda a trajetória pessoal e profissional.

À minha mãe, Maria Emília Magalhães Santos e ao meu pai Valdetudes Rodrigues dos Santos (in memoriam) pelo incentivo incondicional à minha trajetória escolar. Que não mediram esforços e amor para que este sonho profissional se realizasse.

À minha orientadora Denise França Stehling pelas oportunidades, confiança, comprometimento e incentivo.

Às minhas colegas de grupo Bruna Layla Neres Matos, Carla Barbosa Ferreira Carvalho e Soraia Guimarães Figueiredo, pelas experiências trocadas e momentos de aprendizado ao longo do curso.

Aos professores e assistentes pelas palavras de incentivo e ensinamentos dedicados a todo o trabalho postado, contribuindo com suas reflexões sobre percepções e vivências no cotidiano escolar.

À Escola De Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenação, professores e funcionários pela oportunidade de realização deste curso de pós-graduação, que de alguma forma, contribuíram para o êxito deste trabalho.

Aos funcionários e alunos da Escola Estadual de Felisburgo que também fazem parte da minha contínua formação.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram para a conquista de mais este título, muito obrigada.

EPÍGRAFE

“A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significados.”

(M.H.Abrams, in Divo Ristoff)

RESUMO

O presente trabalho refere-se à função da avaliação externa, Simave/Proeb no contexto social da gestão escolar da Escola Estadual de Felisburgo, numa perspectiva de gestão democrática onde as decisões são tomadas coletivamente envolvendo a comunidade nas discussões e tomada de decisões, objetivando levantar discussões sobre as funções que a avaliação externa exerce na gestão escolar, como instrumento para monitorar a qualidade de ensino ofertado na escola, bem como oferece aos gestores um importante diagnóstico das habilidades não consolidadas pelos alunos no processo ensino/aprendizagem. Sobretudo é uma análise crítica de um dos itens que configuram no Projeto Político Pedagógico, elaborado com a participação da comunidade e que direciona o trabalho político pedagógico e filosófico da escola. Neste trabalho considerando como fonte as avaliações externas, especialmente o SIMAVE/PROEB, discute-se também o papel e as interferências que as avaliações exercem na gestão escolar, onde a escola fica pressionada a ter como foco no planejamento didático as matrizes de referências, minimizando o conteúdo, para alcançar um bom desempenho no SIMAVE. Por fim este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido sob o prisma da gestão democrática.

Palavras-chave: Avaliação externa, Coletividade, Participação e Gestão democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. ENTENDENDO A AVALIAÇÃO SISTÊMICA	10
1.1. Princípios gerais do SIMAVE/PROEB	11
1.2. SIMAVE/PROEB e suas funções	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	19
ANEXO	21
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo	

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual de Felisburgo, seguindo as orientações contidas na Resolução SEE nº 2197/2012, atende alunos das séries finais com os Ciclos Intermediário e da Consolidação no ensino fundamental e no Ensino médio com alunos da última etapa do sistema de seriação. As turmas são heterogêneas, com várias faixas etárias e níveis diferenciados de aprendizagem.

O corpo docente da escola é composto de profissionais que tem qualificação em nível superior. A organização e o funcionamento do ensino nesta escola fundamentam-se no princípio da gestão democrática e na observância das normas legais visando sempre garantir a permanência de todos os alunos na escola pública, atendendo o seu alunado em todos os seus aspectos sociais, culturais e cognitivos.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), em seu artigo 9º, inciso VI, estabelece que cabe à União assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar na Educação Básica e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de educação. Nesta perspectiva no ano de 2000 o Estado de Minas Gerais criou o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE.

O SIMAVE foi criado para implementar o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica –PROEB , e tem o objetivo de “subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria do processo ensino-aprendizagem e ao planejamento de propostas pedagógicas que possam propiciar o avanço necessário.”(SIMAVE/PROEB, 2012, p. 08).

A Escola Estadual de Felisburgo registra em seu Projeto Político Pedagógico, que o processo de avaliação do desenvolvimento do aluno é realizado de acordo com a proposta pedagógica da escola, garantindo o replanejamento didático com base nos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública.

Baseado nesse documento, fica uma dúvida: Será que esse “replanejamento” tem a função única de detectar as dificuldades dos alunos para melhoria da aprendizagem? Esse é o objetivo principal desse trabalho: analisar a função da avaliação externa, especificamente o SIMAVE, no contexto social da gestão da Escola Estadual de Felisburgo identificando o real sentido dessas avaliações na

gestão escolar. Também pretendo conhecer as dimensões das avaliações externas e suas várias faces na gestão escolar explicando sua influência no planejamento das ações do gestor.

1 . ENTENDENDO A AVALIAÇÃO SISTÊMICA

A gestão das escolas públicas tem como um dos objetivos alcançar um bom resultado nas avaliações externas, especialmente no SIMAVE/PROEB, pois na comunidade escolar a nota alcançada nessa avaliação caracteriza a qualidade de ensino ofertado pela escola e atualmente o seu resultado determina o retorno financeiro que os profissionais terão ao final do ano.

No contexto educacional a avaliação apresenta diversas funções como a avaliação da aprendizagem que envolve os mecanismos de conhecimento do processo de ensino aprendizagem para posterior tomada de decisão. A avaliação sistêmica ou educacional está relacionada às questões das políticas públicas em educação como a avaliação institucional que se destina à avaliação de instituições como a escola e o sistema educacional, políticas e projetos.

Podemos detectar que todos estes métodos de avaliação são importantes para a gestão escolar como forma de direcionar o trabalho administrativo, institucional e principalmente o pedagógico que segundo Souza (2005, p. 17):

A avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação, objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (SOUZA, 2005 p.17)

A gestão da Escola Estadual de Felisburgo busca em um dos seus direcionamentos de trabalho estar atenta e analisar os resultados das avaliações externas especialmente o PROEB/SIMAVE.

Segundo a Revista PROEB/SIMAVE – Matemática 9º ano do ensino fundamental, p. 10, publicada no ano de 2012 pela Secretaria Estadual de Educação, o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE tem seguido o propósito de fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade. Inicialmente, o sistema contou com o Programa de Avaliação da Rede pública de Educação Básica – PROEB, que é um programa de avaliação que tem por objetivo avaliar as escolas da rede estadual. Mas ao longo dos anos, foram incorporados o Programa de Avaliação da Aprendizagem - PAAE (2005) e o

Programa de Avaliação da Alfabetização –Proalfa (2006), tornando o diagnóstico produzido pelo SIMAVE mais completo.

Dentro deste contexto a Escola Estadual de Felisburgo, que atende os anos finais do ensino fundamental e Ensino Médio aplica as avaliações do PROEB para os alunos do 9º ano do Ensino fundamental e 3º ano do ensino médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e as avaliações do PAAE que é um programa de avaliação interna direcionada aos alunos do 1º ano do ensino médio em todas as disciplinas. Segundo Souza (2007, p. 3):

O SIMAVE objetiva a valorização da escola pública e a melhoria da qualidade da educação, por meio do desenvolvimento de uma nova cultura de avaliação, utilizando a estratégia de realização de diagnósticos, identificação de problemas, fortalecimento e redimensionamento do processo educativo. Isto significa que a avaliação não tem como objetivo premiar ou punir. (SOUZA, 2007, p. 3)

Observando os objetivos do SIMAVE destacado na Revista da Secretaria de Estado de Educação e no texto da dissertação de Souza (2007) percebemos que os objetivos convergem na mesma percepção de avaliar as escolas públicas, porém Souza ressalta que não tem como objetivo premiar ou punir, análise que faremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

1.1. Princípios gerais do SIMAVE/PROEB

De acordo com o site do programa e de acordo com a Resolução nº 104 de 14/07/2000, o SIMAVE destacou como princípios gerais do sistema:

- **Descentralização:** os programas de avaliação serão implementados de forma descentralizada. Isto significa que cada Superintendência Regional de Ensino, em sua área de jurisdição, deverá estar associada a instituições locais de ensino superior, à rede de escolas de educação básica e às Secretarias Municipais de Educação.
- **Participação:** os programas de avaliação serão implementados com a participação dos profissionais que atuam na Educação Básica. Não só na aplicação das provas, mas também no desenvolvimento do trabalho pedagógico na sala de aula.

- Gestão consorciada: para implementação dos seus programas, o SIMAVE inclui a participação de instituições de ensino superior, na perspectiva de desenvolvimento de um padrão consorciado de gestão da educação pública. O trabalho consorciado com essas instituições é fundamental para a rede de educação básica, porque é por meio dele que se procurará levar o ensino superior a vivenciar o trabalho pedagógico da escola de educação básica em todas as suas dimensões.
- Formação do professor: os programas de avaliação deverão se traduzir, dentre outras iniciativas, em políticas de formação inicial e continuada de professores para a rede pública de educação básica.
- Equidade: uma das mais importantes justificativas para a implantação de um sistema de avaliação que abranja todas as escolas que integram a rede estadual de educação básica é o fato de que o estado verdadeiramente democrático deve garantir a oferta de uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens em idade escolar, independentemente de fatores como raça, sexo, etnia, nível sócio-econômico ou região de moradia.
- Publicidade: os resultados do programa de avaliação serão públicos.

Podemos perceber que os princípios do sistema de avaliação estão atrelados à democratização, igualdade de oportunidades, parcerias, formação continuada e transparência. Funções essas que a gestão democrática da Escola Estadual de Felisburgo prioriza no fazer diário da sua gestão e na aplicação das avaliações sistêmicas externas.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) a matriz de referência é um recorte do currículo e apresenta as habilidades definidas para serem avaliadas.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e Médio, publicados respectivamente, em 1997 e em 2000, visam à garantia de que todos tenham acesso a conhecimentos considerados essenciais para o exercício da cidadania. Cada estado, município e escola têm autonomia para elaborar seu próprio currículo, desde que atenda a essa premissa. Desta forma, o estado de Minas Gerais visa a desenvolver o processo de ensino-aprendizagem em seu sistema educacional com qualidade, atendendo às particularidades de seus

alunos. Pensando nisso, foi criada uma Matriz de Referência específica para a realização da avaliação em larga escala do PROEB.

1.2. SIMAVE/PROEB e suas funções

Segundo a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais a avaliação externa é um importante instrumento para orientar e subsidiar a prática pedagógica do professor, bem como uma ferramenta para mostrar a qualidade de ensino oferecida pela escola.

Faz-se necessário repensar as funções das avaliações externas que não estão explícitas nas políticas públicas, nas ações cotidianas dos gestores e nem no Projeto Político e Pedagógico da escola, mas atualmente está tomando a dimensão de trabalhar em função dos níveis de proficiência alcançado pela escola, pois esse contribui para avaliar a eficiência do gestor, bem como determinar o valor do prêmio de produtividade de todos os servidores da escola e conseqüentemente a torna-se referência educacional da escola em sua comunidade local.

Segundo Vianna (2003, p.10) as avaliações dos sistemas de ensino, apenas apresentam problemas, mas não o resolvem. Item que Souza (2005, p.1) complementa :

[]...o papel dessas avaliações é o de levantar informações que possam ser úteis na administração de redes/sistema de ensino, pois o que a avaliação faz é identificar aspectos da prática já desenvolvidas e mostrar de que forma essa prática tem ou não problema.(SOUZA, 2005,p.1).

Para a gestão da Escola Estadual de Felisburgo, a avaliação além de demonstrar os problemas da prática, como diz Vianna (2003, p.10) e Souza (2005, p.1) faz com que a equipe pedagógica possa a partir dos resultados, redirecionar o planejamento das ações visando melhorias necessárias para o alcance das metas de aprendizagem dos alunos, pois a avaliação não só aponta os percalços do processo escolar dos alunos e as dificuldades da prática pedagógica , mas mostra ao professor através da escala de proficiência quais as competências que os alunos desenvolveram e quais precisam ser consolidadas.

Nesse aspecto, a avaliação sistêmica é um instrumento importante na prática do professor como relatado no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo

também uma oportunidade de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo condições de diagnosticar e intervir pedagogicamente nas dificuldades dos alunos detectadas nas matrizes de referência.

E qual seria o papel do gestor? O papel do gestor, após examinar os resultados das avaliações do SIMAVE/PROEB, é fazer a divulgação dos resultados à comunidade escolar através de cartazes e reuniões, inclusive realiza-se o “Dia D - Toda Escola Deve Fazer a Diferença” onde reúne-se todos os funcionários da escola, com o objetivo de conhecer os resultados e elaborar coletivamente o Plano de Intervenção Pedagógica, que é um plano fruto de uma ação conjunta de todos os profissionais da escola, para alcançar um objetivo comum : a aprendizagem do aluno. E realiza-se também em outra data o “Dia D – Toda Comunidade Participando”, com a presença dos pais, alunos e profissionais da escola, que além de analisar e refletir sobre os resultados das avaliações externas discutem sobre a proposta do Plano de Intervenção Pedagógica e acrescentam as ações que forem necessárias.

Após o “Dia – D”, a gestão da Escola Estadual de Felisburgo, juntamente com a equipe pedagógica acompanha e monitora o Plano de Intervenção Pedagógica, utilizando estratégias de intervenção e apoiando os professores e alunos. O plano é desenvolvido pelos professores uma vez na semana na sala de aula, com planejamentos específicos que contemplam as habilidades não consolidadas pelos alunos em cada etapa de escolaridade.

Nas reuniões de módulo II, que é a reunião pedagógica semanal extra-turno com duas horas de duração (das 17h30min às 19h30min) por área, os professores, sob a coordenação do gestor e especialistas, planejam as aulas de acordo os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), mas tendo em vista os resultados das avaliações externas e o Plano de Intervenção elaborado coletivamente.

Um outro aspecto que surge nessa temática é que em um dos itens destacados no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Felisburgo, no eixo Estrutura Pedagógica, as avaliações externas, como SIMAVE/PROEB, são vistas como subsídio para organização curricular e planejamento pedagógico do professor, pois as matrizes de referência são analisadas, detectando os descritores que os alunos apresentaram mais dificuldades.

Considerando que a matriz de referencia é composta por conteúdos básicos e mínimos, existe o fato real de que as matrizes de referência podem estar

empobrecendo o currículo da escola, uma vez que os resultados desta avaliação são amplamente divulgados e fica subentendido o julgamento do trabalho do professor regente das turmas avaliadas e do gestor escolar. Em seu texto, Souza, (2007, p. 5) sintetiza o SIMAVE :

[...] percebemos que os objetivos propostos eram avaliar a aprendizagem de conteúdos básicos de cada aluno; estimular a auto-avaliação da escola para identificação de dificuldades e pontos críticos; apoiar o professor na promoção de mudanças no ensino e por fim criar mecanismos para prestação de contas à comunidade. (SOUZA, 2007, p. 5)

É importante ressaltar que mesmo que os órgãos oficiais não atrelem os resultados do SIMAVE ao desempenho profissional do professor, do especialista e do gestor e também não tenha a função de avaliar o aluno, podemos perceber que as matrizes de referência se tornaram um componente importante no momento da seleção do que ensinar, pois a esses resultados há uma vinculação salarial, mesmo que em forma de premiação desejada por todos.

Essa premiação está acordada entre a SEE/MG e a escola que se compromete a cumprir metas a cada ano, objetivando a melhoria do desempenho dos alunos e conseqüentemente, a proficiência. Nesse sentido, ele vira prioridade, o alvo.

A gestão da escola pública ao reunir com professores, alunos, pais, servidores e toda a comunidade escolar para definir o currículo da escola e mesmo direcionar o planejamento da gestão e o planejamento dos professores pode ficar presa aos resultados das avaliações externas. Nesse aspecto, Sacristan (1998, p. 320) ressalta :

Nos sistemas educativos que possuem essas avaliações externas se levantam movimentos e posições críticas para um procedimento que torna os docentes mais dependentes da ordenação externa, subordinando-lhes autonomia profissional; por outro lado, tem importantes conseqüências educativas negativas. Qualquer avaliação que se faça desde fora, pretendendo fixar-se no básico, acaba inevitavelmente de aprendizagens relacionadas com objetivos curriculares empobrecidos, ainda que só pelo fato de que são os mais fáceis de comprovar e medir. Outras metas como desenvolvimento de atitudes, habilidades e processos educativos menos fáceis de constatar pelo avaliador externo ficarão relegadas. (SACRISTAN,1998 p. 320)

Avalio que é papel do gestor garantir o acompanhamento contínuo de todas as atividades e planejamentos da escola, inclusive monitorar a aplicação das avaliações externas, para que seja transparente todo o processo, assegurando que o resultado reflita a realidade da escola. É importante refletir com a comunidade escolar : pais, alunos , professores e demais profissionais sobre a importância e o papel das avaliações no processo ensino aprendizagem, destacando que os resultados das avaliações do PROEB permitem o diagnóstico da escola, sendo possível redirecionar o planejamento das ações, visando melhorias necessárias para o alcance das metas de aprendizagem dos alunos.

Pode-se perceber assim, que a avaliação externa, pode ser um forte instrumento na melhoria da gestão escolar e, portanto na qualidade da educação, mas pode também segundo Sacristan, tornar os docentes subordinados e dependentes do sistema, uma vez que as avaliações fixam no básico, podendo minimizar os conteúdos a serem trabalhados com os alunos.

Finalizando, podemos concluir que vem mudando a representação dos processos avaliativos dos sistemas educacionais, ao longo da trajetória das avaliações, principalmente do SIMAVE em Minas Gerais, em relação aos quais houve inicialmente uma reação contrária muito forte, pois a cultura de avaliação educacional está se consolidando, como já prevê na LDB. Impactos dessas avaliações começam a ser sentidos na educação básica e esperamos que esses aprimoramentos nos sistemas de avaliação sejam vistos como estímulos à mudanças no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das avaliações externas, principalmente o SIMAVE/PROEB ,é um importante instrumento no cotidiano do gestor escolar, pois oferece às escolas um direcionamento no planejamento das ações pedagógicas. Uma gestão escolar eficaz e comprometida , é condutora da qualidade do ensino ofertada na escola.

Segundo a Revista PROEB/SIMAVE da Gestão escolar publicada pela Secretaria Estadual de Educação (2012 p. 14):

o enfoque pedagógico da gestão se fundamenta no reconhecimento do gestor escolar como líder capaz de articular, junto aos demais autores escolares, uma liderança pedagógica que envolva a apropriação do currículo, o planejamento das disciplinas – para cada área do conhecimento e para cada etapa de escolaridade – as avaliações escolares, chegando até mesmo a discussões relacionadas aos planos de aula dos professores. Não se trata de uma intervenção do gestor na autonomia do professor, mas, sim de uma construção conjunta e articulada das diretrizes pedagógicas da escola. (MINAS GERAIS, 2012, p. 14)

A avaliação pode ser uma oportunidade para corrigir rumos de forma a melhorar o processo ensino aprendizagem, buscando promoção da qualidade e a igualdade de oportunidades para todos os alunos, pode também ser utilizada pelos gestores públicos para definição de políticas educacionais ,para definição da formação continuada dos professores, possibilitando também a intervenção dos profissionais da educação no processo ensino-aprendizagem.

O que não podemos como gestores escolares, é proporcionar que a avaliação externa, devido a alguns fatores registrados neste trabalho como prêmio de produtividade, acordo de resultados, avaliação do gestor, se transforme em um mecanismo que determina a estrutura organizacional da escola, minimizando os conteúdos proporcionando aos alunos apenas os conteúdos básicos cobrados nas avaliações.

Concluo que a avaliação é para a gestão escolar um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria da qualidade de ensino e conseqüentemente da aprendizagem dos alunos. Tanto o enfoque pedagógico da gestão quanto a gestão democrática são fatores que contribuem para a construção e para o estabelecimento de um ambiente favorável à aprendizagem.

O bom desempenho dos alunos tem uma ligação direta com a estrutura escolar, com o envolvimento dos professores e direção, um ambiente propício à

aprendizagem é capaz de provocar significativamente o desempenho dos alunos, proporcionando à escola à partir de suas características a oportunidade de conquistar bons resultados e conseqüentemente estes resultados serão expressos nas avaliações externas SIMAVE/PROEB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

CAED/UFJF. **Matrizes de Referência**. Disponível em:< <http://www.simave.caedufjf.net/simave/matrizReferencia.faces>> . Acesso em 06 de setembro de 2013

DOMINIQUE, Júlia. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, SP. SBHE /Editora Autores Associados. Jan/Jun, nº 1, 2001.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação de. **Revista Pedagógica- 9º ano ensino Fundamental – Matemática. SIMAVE/PROEB** - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação , CAED. v.1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual ., 2012, 68 p.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 104, de 14 de julho de 2000. Trata dos princípios do Simave - Goveno do Estado de Minas Gerais .

_____, Secretaria de Estado da Educação de. **Revista da Gestão Escolar - SIMAVE/PROEB**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação , CAED. v.1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 , 25 p.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Avaliação no Ensino**. In: SACRISTAN, J. Gimeno e PÉREZ GOMES, A.I. Compreender e Transformar o Ensino. 4ª Ed. Porto Alegre. Artimed,1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de [et al.]. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.23-32.

SOUZA, Jane Aparecida Gonçalves. **Simave X Nova Escola: Caminhos que Convergem?** Universidade Federal de Juiz de Fora – Mestrado em Ciências Sociais. 2007

VIANNA, H. M. **Avaliações em Debate: SAEB, ENEM, Provão**. Brasília: Plano, 2003.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de **gestores**
da educação **básica**

ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BRUNA LAYLA NERES MATOS

CARLA BARBOSA FERREIRA CARVALHO

CILENE MAGALHÃES SANTOS

SORAIA GUIMARÃES FIGUEIREDO

FELISBURGO, 2013



escola de **gestores**
da educação básica

ESCOLA ESTADUAL DE FELISBURGO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

FELISBURGO, 2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	06
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	08
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

INTRODUÇÃO

Pela Portaria nº 161/ 70, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário Oficial dos Poderes do Estado, de 06 de Junho de 1970, pág. 08, Col. 03, essa escola passou a denominar-se “Ginásio Estadual de Felisburgo”. Quatro anos depois, através da Resolução 810/ 74, de 06 de Julho de 1974, recebeu a classificação tipológica de Escola Estadual de Felisburgo.

O quadro de funcionários é composto por quarenta e três profissionais distribuídos nas seguintes funções: um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em educação básica, vinte e sete professores e onze funcionários administrativos.

O corpo discente é composto em sua grande maioria por alunos de classe social média/ baixa que busca na escola, além da aprendizagem, o carinho, a assistência, o apoio e alimentação. Atualmente, a escola atende a seiscentos e quarenta e dois alunos, na faixa etária de 11 a 20 anos. Muitos desses alunos apresentam carência não só econômica, mas de assistência familiar e social, sendo estes alguns motivos para as dificuldades permanentes ou temporárias apresentadas pelos mesmos. Em relação a essas dificuldades, os professores procuram desenvolver um trabalho dinâmico e participativo tendo em vista a realidade dos educandos.

A frequência é satisfatória, mas há casos esporádicos de alunos que faltam bastante. Quando acontece essa situação, os pais são convocados para justificarem e não sendo resolvido é acionado o Conselho Tutelar.

O corpo administrativo e pedagógico da escola busca, em conjunto, promover ações como programações socioculturais desenvolvidas através de projetos e conteúdos curriculares trabalhados dentro dos eixos temáticos de modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, refletir, expressando de forma oral e escrita o saber novo construído, como também agindo e interagindo com autonomia e dignidade.

As aulas são planejadas tendo em vista os recursos e espaços disponibilizados como: datashow, sala de informática, televisão, DVD, retroprojetor, vídeos e o laboratório de ciências que conta apenas com o espaço e poucos recursos de vidrarias e reagentes, não tendo os equipamentos necessários para o desenvolvimento de aulas práticas.

A equipe docente tem buscado utilizar uma metodologia diversificada, objetivando promover uma educação de qualidade, implementando as metas do Projeto Político Pedagógico da escola. Porém, temos como obstáculos a enfrentar a instalação de uma nova biblioteca que atualmente não comporta o número de alunos que atende por turno, precarizando o trabalho de leitura e pesquisa. O refeitório também é pequeno, não possibilitando conforto para que todos os alunos se acomodem para merendar. Conforme Martins (2001, p. 15)

O patrimônio da Escola não é constituído apenas pelos recursos materiais, a infraestrutura, as instalações físicas, os equipamentos, os materiais escolares, dentre outros. O patrimônio tem também uma dimensão imaterial, que pode ser percebida no símbolo da Escola, em sua memória, em sua história. Gerir o patrimônio escolar significa não apenas conservar o que se vê como, também, o que ele representa na vida da comunidade em que se insere e dos que a cercam. (MARTINS, 2001, p. 15).

Nesse sentido, acreditamos que o papel do diretor da escola é exercer uma liderança pedagógica, administrativa e financeira, garantir uma gestão democrática, ética, transparente e eficaz na organização escolar, tornando-a um instrumento para a promoção da inclusão social.

O gestor deve manter um elo de comunicação com a comunidade escolar, com vista a prestar contas, com transparência, dos seus planos de ação e realizações da escola, interagindo com a comunidade escolar através de assembleia geral, Dia D e encontros que ocorrem nesta instituição educacional, buscando atingir um bom resultado.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação do seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, de contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p.9).

Preparar as crianças e jovens para a vida adulta, muitas vezes era compreendido como a construção de habilidades para o mercado de trabalho, bem como a capacidade de se relacionar nele e na sociedade.

Com o avanço da sociedade de direitos, preparar crianças e jovens para a vida tem significado enquanto valorização da infância e da adolescência, reconhecê-las como idades próprias, com características que precisam ser vividas. Destaca-se, então, a importância de vivenciar com alegria o exercício de direitos democráticos, da convivência, como o direito de falar e ouvir, de participar das decisões coletivas, de compreender sua cultura e seu meio, de exercitar um conjunto de direitos socialmente desenvolvidos.

Essencialmente a preocupação da escola é inserir social, cultural e politicamente os alunos como sujeitos de uma sociedade diversificada e diferenciada, numa atitude de crítica e de ação. Estamos cientes de que tudo isso está profundamente associado à aprendizagem dos principais conhecimentos científicos.

A Escola Estadual de Felisburgo adota os seguintes princípios como eixos norteadores de suas ações pedagógicas:

- Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
- Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Frente ao trabalho desenvolvido pela instituição e aos problemas enfrentados, é nossa tarefa resgatar a centralidade da educação e, mais especificamente, da educação escolar é tarefa não apenas necessária, mas urgente. Segundo Moacir Gadotti (2000, p. 03)

A escola pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pela informatização da vida social, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. (GADOTTI, 2000, p. 03).

É de acordo os objetivos educacionais voltados ao sucesso do ensino e da aprendizagem que a Escola Estadual de Felisburgo busca proporcionar aos seus educandos uma educação de qualidade. Projetamos suportes administrativos e financeiros para atender os alunos, cada caso e suas peculiaridades; elaborar um currículo integrado onde todos os conteúdos sejam trabalhados de forma contextualizada, sem fragmentação, atendendo às reais necessidades do aluno, da escola e da região; desenvolver habilidades centradas na parte cultural e artística do nosso educando; oferecer salas oficinas para atender cada aluno em sua diversidade.

Diante da situação real da escola e esta ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que queremos inovar, seremos uma escola capaz de discutir, avaliar nossas práticas, construindo coletivamente esse documento, estruturando currículos que reflitam nossas concepções de mundo, valores de educação e de formação do homem integral.

Enfim, é missão da escola assumir a competência primordial da mesma: educar e ensinar/aprender.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A gestão administrativa é tratada como meio para a construção de uma escola de qualidade, portanto tem aspectos importantes no desenvolvimento das ações direcionadas ao bem estar dos adolescentes, dos docentes e de todos os servidores.

O corpo administrativo da escola é formado por um diretor, dois vice-diretores, dois especialistas em Educação Básica, um secretário e três assistentes técnicos.

O corpo docente é composto por: cinco professores de Língua Portuguesa, quatro professores de Matemática, quatro professores de Geografia, dois professores de História,

três professores de Ciências Biológicas, dois professores de Língua Inglesa, dois professores de Educação Física, um professor de Artes, um professor de Educação Religiosa, dois professores de Química, dois professores de Física, um professor de Sociologia e um professor de Filosofia.

Quanto à estrutura física, a escola apresenta-se em boas condições de uso, sendo o prédio conservado e adaptado para os alunos deficientes. Há nove salas de aula arejadas, ventiladas, uma cantina com despensa e refeitório com mesas e bancos, uma diretoria, uma secretaria acoplada com sala de arquivo, uma sala de Supervisão, sanitário feminino e masculino, uma sala de professores, uma sala de informática, uma quadra poliesportiva coberta com vestiários masculino e feminino e um laboratório de Ciências desativado por falta de equipamentos. O prédio está em bom estado de conservação bem como os serviços de limpeza, iluminação e demais.

A escola disponibiliza equipamentos variados para enriquecimento das aulas e uso dos profissionais como vinte computadores na sala de informática, quatro na secretaria, um na sala de supervisão, um na sala dos professores, um na biblioteca, um na diretoria, quatro data-show, dois aparelhos de DVD, dois aparelhos de som, um retro-projetor, três televisores e três notebooks.

A merenda escolar é de boa qualidade e há a preocupação de oferecer um cardápio variado atendendo às necessidades básicas de um turno da vida dos alunos. A mesma é oferecida gratuitamente pela Secretaria Estadual de Educação, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os recursos financeiros aplicados na educação desta referida escola são gerenciados pelo Diretor juntamente com o Colegiado Escolar e membros do Conselho Fiscal. É permitido investir em equipamentos e produtos seguindo o Plano de Trabalho disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação.

A escola recebe ainda recursos financeiros diretamente na Caixa Escolar, como: PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, PDE – Plano de Desenvolvimento Escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos para manutenção, reparos da rede física, material de consumo, aquisição de mobiliários, equipamentos necessários ao funcionamento da unidade de ensino e para realização de obras de construção, ampliação e reforma. Os recursos são aplicados de forma clara e objetiva seguindo as disposições do Decreto Estadual nº 45.085/09 e a Resolução SEE nº 2.245 de 28 de dezembro de 2012.

O gestor tem o papel de zelar pela garantia de uma educação de qualidade, ofertando condições adequadas para garantir uma formação integral aos alunos nos níveis de ensino ofertados na escola, e isso inclui uma infraestrutura adequada, formação continuada dos profissionais, merenda de qualidade, aplicação correta dos recursos e, além disso, dar conta também das questões legais, das relações interpessoais e da interação com a comunidade escolar.

Acima de tudo, a gestão deve estar atenta ao eixo principal que é a gestão pedagógica, pois a função principal da escola é fazer acontecer a aprendizagem dos alunos. Em relação à questão prioritária que é a qualidade da educação e as condições de oferecê-la, Cury (2010, p. 03) enfatiza no seu texto que:

Se a nossa Constituição põe como princípio do ensino a garantia de um padrão de qualidade (art. 206, VII), por contraste, assinala, no art. 208, §2º, que o não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. (CURY, 2010, p.03).

2. 2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Escola Estadual de Felisburgo, seguindo as orientações contidas na Resolução SEE nº 2197/2012, atende alunos das séries finais com os Ciclos Intermediário e da Consolidação no ensino fundamental e no Ensino médio com alunos da última etapa do sistema de seriação.

O planejamento é organizado bimestralmente levando em conta os progressos e dificuldades das turmas, sendo elaborado pelos professores sob coordenação e orientação dos especialistas e tem como subsídio o Plano de Intervenção Pedagógica e o Projeto Político Pedagógico que são elaborados coletivamente com a participação de toda a comunidade escolar. Após discussão coletiva reúnem-se os grupos por áreas de estudo com acompanhamento da equipe pedagógica e de acordo os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) e assim atende ao princípio citado por Souza (2005, p. 10):

O planejamento deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, e se instituir como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento, no âmbito da unidade escolar, caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho. (SOUZA, 2005, p.10).

Além do planejamento bimestral, todas as áreas trabalham com o plano semanal, onde nas reuniões de módulo II, que é a reunião pedagógica semanal extra-turno com duas horas de duração (das 17h30min às 19h30min) por área, os professores, sob a coordenação dos especialistas, planejam as aulas que serão ministradas na semana.

A enturmação dos alunos é realizada em conjunto pelo diretor, especialistas e professores, considerando a idade e observando também o comportamento para não agrupar os alunos com as mesmas características de aprendizagem e indisciplina na mesma turma. No início do ano letivo é aplicada uma avaliação diagnóstica em todas as turmas que servirá de subsídio para o professor planejar a sua prática pedagógica e buscar estratégias para sanar as dificuldades encontradas no processo pedagógico.

Nas turmas do 1º ano do ensino médio aplicam-se as avaliações do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar) que é um programa da Secretaria de Estado de Educação que possibilita identificar as necessidades imediatas para a intervenção pedagógica. As avaliações externas, como SIMAVE/PROEB, também servem de subsídio para o planejamento, pois as matrizes de referência são analisadas, detectando os descritores que os alunos apresentaram mais dificuldades.

As turmas são heterogêneas, com várias faixas etárias e níveis diferenciados de aprendizagem. Neste item Cury (2010, p. 16) destaca que “turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural”. E assim a enturmação é uma prática que viabiliza considerar as diversas culturas e os saberes diferentes, sendo que para os alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas em cada ano ou ciclo o Serviço de Supervisão Pedagógica organiza as aulas de reforço no próprio turno, sob a orientação dos professores para o ensino para uso da biblioteca para superar as dificuldades.

A escola oferece recursos de apoio didático tais como retroprojetor, computador, data show, televisor, vídeo e som com objetivo de enriquecer as aulas tornando-as mais

práticas e atrativas. Como a metodologia utilizada deve ser diversificada, a escola também dispõe de alguns recursos didáticos que auxiliam nas realizações da prática pedagógica como coleções didático-pedagógicas, jogos, recursos audiovisuais, livros didáticos e os materiais necessários à realização das aulas. Os materiais didáticos utilizados pelos docentes são confeccionados pelos mesmos, tendo o apoio de recursos eletrônicos como o computador e a máquina de xerografar.

A direção da Escola Estadual de Felisburgo, procurando realizar as transformações no processo pedagógico, realiza ações que viabilizam o processo de qualificação do profissional da educação como:

- Espaço no calendário escolar para planejamento e trocas de experiências entre os professores de uma mesma série;
- Reuniões pedagógicas semestrais com temas referentes ao Projeto Político Pedagógico;
- Promoção e participação em eventos pedagógicos, culturais e de lazer;
- Reuniões de Módulo II semanalmente;
- Capacitações previstas no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) para os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática;
- Capacitações promovidas pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) e Superintendência Regional de Ensino (SRE).

O corpo docente da escola é composto de profissionais que tem qualificação em nível superior. Portanto, a instituição procura de acordo as ações descritas acima proporcionar a formação continuada aos professores para terem condições de desenvolver um trabalho voltado às reais necessidades do educando, garantindo um ensino de qualidade como é direito de todos os cidadãos. Cury (2010, p. 9) ressalta que a “qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância”.

A organização e o funcionamento do ensino nesta escola fundamentam-se no princípio da gestão democrática e na observância das normas legais visando sempre garantir a permanência de todos os alunos na Escola Pública Democrática, trabalhando na busca do seu aperfeiçoamento pedagógico com vistas ao sucesso escolar. A escola funciona para atender o seu alunado em todos os seus aspectos sociais, culturais e cognitivos; para tanto, visa desenvolver uma proposta de qualidade na perspectiva de uma educação para a cidadania.

Os alunos atendidos encontram-se na faixa etária a partir de 10 anos. O horário de funcionamento no matutino é de 7:00h às 11:30h, vespertino é de 13:00h às 17:00h e no noturno de 19:00h às 22:30h para atender a disponibilidade dos educandos que na sua maioria são trabalhadores.

Os conteúdos curriculares são trabalhados de forma interdisciplinar procurando adequar à idade dos alunos, atendendo-os nas suas especificidades e visando proporcionar uma formação humana integral que possibilite a sua inserção na sociedade. É realizado o aproveitamento de conhecimentos e habilidades adquiridas pelos educandos por meio informais, privilegiando temas adequados à faixa etária dos alunos.

3. CURRÍCULO

A E. E. De Felisburgo garante a igualdade de acesso para os alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A parte diversificada tem por objetivo enriquecer e complementar a base nacional comum, propiciando a introdução de projetos e atividades de interesse da comunidade. A parte diversificada do currículo é estipulada de acordo com as necessidades e interesses dos alunos. A base nacional comum e a parte diversificada integram e articulam a vida cidadã com suas áreas de conhecimento.

Os objetivos e prioridades do ensino da escola abrangem os seguintes ideais:

- O aluno é ser em desenvolvimento;
- À escola cabe formar o educando, abrangendo o aspecto moral, social, intelectual, ético, político e religioso;
- Ministar o ensino com vistas ao desenvolvimento integral do aluno, tendo como referência seus interesses e suas necessidades;
- Oferecer ao aluno condições e meios necessários para o desenvolvimento de seu espírito crítico e reflexivo, tornando-o inserido em sua época;
- Prover o aluno de condições que lhe permitam situar-se como agente de sua própria história e da história da sociedade a que pertence;

- Elaborar e executar a proposta pedagógica;
- Promover meios para recuperação de alunos de menor rendimento;
- Articular-se com as famílias e a comunidade, criando meios de integração da sociedade com a escola.

Os conteúdos, apesar do que seguidamente se apresentam em classe de modo separado, têm mais potencialidade de uso de compreensão quanto mais relacionados estejam entre si. Muitos dos esforços dos professores estão voltados para oferecer ações que integram conteúdos historicamente isolados ou específicos para auxiliar no seu valor formativo.

A instituição compreende currículo como expressão de princípios e metas do projeto educativo que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações, quando necessário.

Na organização curricular, prioriza-se o desenvolvimento da capacidade de aprender a construção de significados socialmente reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural e o domínio dos princípios e fundamentos científico- tecnológicos. Segundo a Resolução CEB nº03, de 26 de junho de 1998, “nesta organização devem ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas e sociais”. É necessário compreender que as linguagens são indispensáveis ao exercício da cidadania, as metodologias de ensino diversificadas estimulam a reconstrução do conhecimento, mobilizam o raciocínio e despertam interesses.

Os temas transversais são trabalhados aliados às disciplinas curriculares, sendo os temas trabalhados conforme Res. CNE/CEB nº2/2012 de 30/01/2012. As temáticas abordadas são Educação alimentar e nutricional; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação ambiental; Educação para o trânsito e Educação em direitos humanos. O estudo da dependência química e das consequências neuropsíquicas e sociológicas do uso das drogas é integrado aos componentes curriculares das áreas de conhecimento.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas está integrado aos componentes curriculares das áreas de conhecimento conforme Lei Federal nº 11.645/08. A preparação para o trabalho desenvolve-se sob a forma de atividades integradas aos componentes curriculares das áreas de conhecimento como elemento de

formação integral do aluno. Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular Arte, em atendimento ao disposto na Lei nº 11.769/ 2008. Percebe-se que as situações de aprendizagem provam sentimentos e trabalham a afetividade do aluno.

Existe na escola a oferta de Educação em Tempo Integral que possui como objetivo ampliar as oportunidades educacionais dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas pela escola. Na instituição há aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física.

Há ainda certa dificuldade dos docentes no trabalho voltado à integração entre as disciplinas porque muitos ainda não conseguem relacionar os conteúdos entre si. Uma ação que auxilia no processo ensino-aprendizagem em relação à interdisciplinaridade, que é a integração entre as disciplinas, é a execução dos projetos pedagógicos escolares, de fundamental importância para o enriquecimento dos conhecimentos e compartilhamento de experiências. Projetos como Consciência negra, Valores, Gincana solidária, Festa do estudante, Leitura, dentre outros, são trabalhados na escola de forma integrada.

Portanto, podemos considerar as seguintes definições de currículo segundo Sacristán (1998, p. 14):

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação "mais técnica", descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (SACRISTÁN, 1998, p. 14).

A Escola Estadual de Felisburgo busca hoje a possibilidade de formação de indivíduos com uma nova mentalidade. Nessa perspectiva, o currículo escolar busca as suas fontes de inspiração no saber e nas suas necessidades do contexto social. A definição das diretrizes curriculares segue um modelo pré-determinado pelo âmbito estadual, existindo na escola uma flexibilidade quanto ao tratamento das mesmas. Essas diretrizes estão em consonância com a realidade da escola, mas é preciso um olhar atento para as

necessidades de aprendizagem do corpo discente, pois prioriza-se em cada componente curricular habilidades básicas para a leitura, a escrita e interpretação, além dos cálculos. Junto a essas capacidades, busca-se a formação do indivíduo quanto à ética e à cidadania.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Na organização do tempo escolar, atualmente a escola está organizada em ciclos tendo em vista a idade de formação dos educandos. A jornada escolar no Ensino Fundamental e Médio é organizada em quatro horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio, que são vinte minutos diários.

Respeitados os dispositivos legais previstos no quadro curricular da instituição, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no Ensino Fundamental e Médio, assegurando a duração da semana letiva de cinco dias.

O horário escolar é organizado com algumas aulas geminadas de uma mesma disciplina como Língua Portuguesa e Matemática para melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O planejamento pedagógico é realizado bimestralmente, mas uma vez por semana os professores se reúnem para uma reunião semanal extra-turno com duração de duas horas (das 17h 30min às 19h 30min), sendo este espaço reservado para que o corpo docente e a equipe pedagógica discutam metas e ações para o cotidiano escolar, conforme explicitado no eixo anterior.

Partindo de uma concepção humanística pautada no trabalho coletivo, integrado, gerador de mudanças em todos os aspectos, a escola define o tempo escolar em ciclos, preocupando-se com o tempo de permanência do aluno e o compromisso com o processo educativo.

Os horários e espaços escolares, bem como a organização de turmas se dão de modo que promovam a frequência e a aprendizagem dos alunos, visto que a escola faz remanejamentos de acordo o nível de aprendizagem e recuperação paralela, ou seja, busca-se auxiliar os alunos a vencerem as dificuldades encontradas logo que estas são detectadas, sendo aplicadas atividades de ensino durante todo o bimestre. A escola

organiza agrupamento e reagrupamento dos alunos como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:

- I- Turmas organizadas por idade e nível de escolaridade;
- II- Grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas organizadas para atendimento diferenciado ou para realização de atividades.

Os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita recebem aulas de reforço no próprio turno em que estudam, sendo orientados pelas bibliotecárias que realizam trabalhos de intervenção pedagógica na escola.

As aulas extraclasse, apesar de pouco utilizadas, acontecem no espaço escolar, ou fora dele em praças e auditórios, onde são programadas pelos professores, visitas, excursões, entrevistas e alguns trabalhos de campo. A escola tem buscado estabelecer um clima propício à aprendizagem e interação social, objetivando que todas as suas potencialidades se efetivem em ações criativas e participativas, produzindo saberes diversificados. Assim é possível oferecer uma educação para a formação de pessoas críticas, conscientes e atuantes, estabelecendo com o próximo relações de reciprocidade para construir sua cultura e sua história.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão da Escola Estadual de Felisburgo é uma gestão democrática onde as decisões são tomadas coletivamente com mais frequência nas reuniões mensais com os professores, especialistas e corpo administrativo. Os alunos participam de forma indireta, pois são sempre convidados a participarem, mas a representatividade é sempre pequena.

A participação dos pais também pode-se considerar tímida, pois participam pouco da vida escolar dos filhos, comparecem à escola quando solicitados e com pouca frequência. Espaços estão sendo criados para convidar os pais a ir e vir para o meio educativo, como nas reuniões das turmas que são realizadas com a presença dos pais, alunos, especialistas e direção, sendo que na pauta já existe o momento de participação de todos os segmentos participantes.

Na implementação do PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) também há um espaço aberto onde os pais opinam, discutem e sugerem alternativas para a melhoria do

processo ensino aprendizagem dos alunos. Sobre a gestão democrática Souza (2010, p. 01) define:

[...] gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2010, p. 01).

Na escola os espaços são abertos para discussão dos problemas, levantamento de alternativas para resolução dos conflitos e as sugestões são sempre direcionadas aos setores interessados, havendo socialização e busca constante para resolução dos problemas. A escola está lutando para superar a sua estrutura burocrática, caminhando para transformação, onde o conhecimento é construído coletivamente. Observando Souza (2010, p. 02) ele enfatiza:

[...] essa gestão tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.” (SOUZA, 2010, p. 02).

O gestor assume função primordial nesta ação, é dele a função de buscar mecanismos de construção coletiva e na Escola Estadual de Felisburgo existem os seguintes instrumentos implantados que fornecem subsídios para que aconteça de fato uma gestão democrática:

- Colegiado escolar – O colegiado é representado pelos diversos segmentos da comunidade escolar, composto por 09 membros sendo 01 presidente que é o diretor e 50% por profissionais em exercício – 02 professores e 02 servidores que atuam em outras áreas, e 50% por comunidade atendida na escola que são 02 pais de alunos menores de 14 anos e 02 alunos maiores de 14 anos. As reuniões acontecem mensalmente conforme cronograma elaborado pelos membros e previsto no calendário escolar e extraordinariamente sempre que necessário sendo convocada pelo presidente ou por 1/3 dos seus membros. As ações vão desde participar na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da

escola até cuidar da transparência dos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.

- Assembleia Geral - Está marcada no calendário escolar conforme previsto no regimento e acontece uma vez em cada semestre. Destina-se à participação da grande maioria dos membros da comunidade. É convocada pelo diretor e objetiva discutir assuntos relevantes e de interesse de todos os segmentos: professores, pais, alunos e funcionários. As decisões tomadas em assembleia geral são registradas em livro próprio pelo secretário e depois assinada por todos os presentes.

- Grêmios estudantis – O grêmios estão em processo de implantação na escola, onde se realizou as reuniões para orientação do processo de implementação criando espaços de participação dos alunos no cotidiano escolar.

- Processo de escolha dos dirigentes escolares – A escolha do gestor é mista por aprovação na certificação que é a prova objetiva e de títulos, e a eleição onde somente os candidatos habilitados na certificação podem se candidatar ao processo e a comunidade dividida por segmentos escolhem através do voto secreto a pessoa indicada que será o representante da instituição.

Levando em consideração a implementação desses processos e práticas de participação coletiva na Escola Estadual de Felisburgo, já não existe o cenário do gestor exercendo a função autoritária, pois aliados a estes instrumentos ainda contamos com a construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar e local, discussão e mudanças na organização do trabalho e na gestão da escola observando sempre a realidade contextual e também a legislação.

Portanto, o gestor deverá aglutinar todas as forças no sentido de construir equipes participativas buscando também parcerias com os diversos órgãos. Na escola podemos citar os seguintes existentes: Conselho Tutelar que mantém um bom relacionamento auxiliando nas questões referentes à frequência, comportamento, atitudes e aprendizagem, estando presente na escola sempre que se faz necessário; Secretaria de Saúde que realiza uma vez em cada semestre palestras relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e campanhas sobre saúde; Secretaria de Esporte e Cultura que colabora nas atividades esportivas como os campeonatos desenvolvidos na escola e todos os eventos culturais realizados na cidade onde a escola é parceira, participando ativamente.

O Conselho de Classe ocorre bimestralmente. Os professores reúnem-se com a equipe pedagógica, direção e os líderes das turmas que buscam conjuntamente analisar a atual situação dos alunos objetivando auxiliá-los em suas dificuldades.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Pensar as relações na Escola é pensar nas interações que se desenvolvem no ambiente escolar.

Segundo o Guia do diretor elaborado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 2007, pode-se afirmar:

No relacionamento entre pessoas de um mesmo ambiente de trabalho, todo bom funcionamento e todo bom resultado não se fazem automaticamente. As pessoas, uma a uma, integradas num espírito de equipe, ocupando diferentes cargos, são as engrenagens que movimentam a instituição. Não é diferente na escola. Uma escola que tem seus profissionais comprometidos com objetivos comuns e formando um verdadeiro “time”, consegue alcançar melhores resultados do que outra em que cada um está por si só. A consciência de que o trabalho do outro é tão importante quanto o nosso, é fundamental para o cumprimento de metas ambiciosas como as metas educacionais. (MINAS GERAIS, 2007, p. 66).

Na Escola Estadual de Felisburgo, o relacionamento entre os profissionais da educação acontece de forma harmoniosa, há um trabalho em equipe e as pessoas se respeitam, portanto é notável o compromisso e a responsabilidade que todos têm com as suas atribuições, buscando sempre alcançar as metas propostas pela Secretaria de Estado de Educação, pois trabalham com este objetivo.

A direção exerce papel fundamental nesse contexto, pois é dele a função de articular este relacionamento. Para Lucchesi (1997, p.233):

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição. Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das microrelações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tornando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão. (LUCCHESI, 1997, p. 233).

Que não é a prática da escola existe sim os conflitos, pois todos podem opinar discutir e participar, porém estes conflitos são mediados buscando chegar a um consenso nas resoluções dos problemas e situações vivenciadas na escola. Em reuniões de Módulo II, 01 vez a cada bimestre, desenvolvemos atividades práticas que contribuem para compreensão das relações interpessoais como:

- Dinâmicas de grupo;
- Textos e mensagens para reflexão;
- Exibição de filmes e vídeos para reflexão.

No cotidiano da escola, todos têm suas funções explicitadas e colaboram entre si. A articulação entre os segmentos são estabelecidas em reuniões e encontros proporcionados pela escola e Superintendência Regional de Ensino e no dia a dia acontecem naturalmente a divisão das tarefas, pois a maioria é consciente das suas funções. Quanto à formação profissional, 80% dos professores são habilitados na área em que atuam e os demais 20% possuem curso superior em outras áreas sendo autorizados a trabalhar com o conteúdo específico.

7. AVALIAÇÃO

A Escola Estadual de Felisburgo compreende que o planejamento e o desenvolvimento do ensino devem visar à melhoria da sua qualidade, a redução dos índices de repetência e evasão escolar.

A avaliação do aluno é compreendida como parte integrante do processo pedagógico com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

O processo de avaliação do desenvolvimento do aluno é realizado de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, garantindo:

- I- A permanente informação e registro sobre o desempenho do aluno em relação aos objetivos do currículo em vigor;
- II- A observância às flexibilizações e adaptações curriculares em respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
- III- O replanejamento didático com base nos resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE – PROEB);
- IV- A prática da avaliação contínua e processual, de forma a propiciar os meios necessários à continuidade do processo de aprendizagem do aluno em todos os níveis da educação básica;
- V- O fornecimento de dados para a auto-avaliação desta escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

No Ensino Fundamental e Médio os resultados da aprendizagem são utilizados como referenciais para identificar os avanços e as dificuldades dos alunos. A avaliação da aprendizagem está organizada de acordo os princípios da progressão continuada e progressão parcial, tendo as seguintes características:

- I - É contínua e processual;
- II - É dinâmica e participativa;
- III - É diagnóstica e investigativa.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- I- O atendimento diferenciado aos alunos;
- II- A adequação do plano didático, tendo em vista os objetivos curriculares;
- III- O registro de informação acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, de acordo com a legislação vigente e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, criar estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações

pedagógicas para atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem no tempo em que elas surgirem. As estratégias de atendimento diferenciado, considerando as novas oportunidades de aprendizagem a serem viabilizadas pelo professor para construção do conhecimento, devem ser previstas na Proposta Pedagógica, no Regimento Escolar e divulgadas amplamente na comunidade escolar, em reuniões de Pais e do Colegiado Escolar.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam alunos, professores e especialistas da educação e tem por finalidade averiguar o desempenho do aluno, o que aprendeu, o que não aprendeu e o porquê.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados possibilitam:

- I- Analisar o eixo pedagógico visando garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem diante dos resultados e das atividades observadas;
- II- A permanente informação e referência para formulação da prática educativa do professor na direção da construção do conhecimento e da formação global dos alunos;
- III- A incorporação, além da dimensão cognitiva, dos aspectos culturais, sociais, biológicos e afetivos;
- IV- A construção do conhecimento que enfatiza os interesses e a realidade do aluno com uma interação efetiva entre o professor– aluno – conhecimento, na construção de uma avaliação dinâmica, reflexiva e problematizadora;
- V- O fornecimento de dados para a auto- avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar;
- VI- O replanejamento de estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno.

No processo ensino aprendizagem observa-se a utilização de vários instrumentos de avaliação (testes, trabalhos individuais ou de grupos, pesquisas, tarefas, atividades em classe ou extraclasse, arguições, observação e outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nos anos finais do Ensino fundamental e no Ensino Médio os resultados das avaliações dos alunos são expressos em pontos numa escala de (0) zero a (100) cem para todas as disciplinas. Segundo acordado no Regimento Escolar, os 100 (cem) pontos terão a seguinte distribuição:

1ª Etapa: 20 (vinte) pontos;

2ª Etapa: 25 (vinte e cinco) pontos;

3ª Etapa: 25 (vinte e cinco) pontos;

4ª Etapa: 30 (trinta) pontos.

A recuperação da aprendizagem acontece logo que as dificuldades dos alunos são detectadas nas atividades de ensino e nas atividades avaliativas. Os professores realizam as intervenções pedagógicas através de retomada de conteúdos (explanação), espaço para dúvidas e simulados.

As disciplinas Arte (8º ano do Ensino Fundamental), Artes (1º ano do Ensino Médio), Educação Física e Educação Religiosa têm os seus registros de avaliações em forma de conceitos, sendo também computados para fins de aprovação ou retenção.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB – e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE – devem ser consideradas no planejamento didático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político pedagógico mostra a cara da escola, os seus anseios, as suas dificuldades, a sua realidade.

É de fundamental importância assegurar a implementação do Projeto Político Pedagógico, pois é uma exigência da sociedade atual a consolidação de uma escola de qualidade. Esse projeto foi elaborado coletivamente com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, observando a realidade em que a comunidade está inserida. Foram realizadas assembleias gerais com a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores da escola), onde através de oficinas e plenárias realizou-se o estudo de textos e da proposta atual para alterar os itens necessários.

O trabalho em grupo viabilizou a participação de todos os segmentos da comunidade que construíram o PPP com a “*cara*” da escola. A proposta contempla os principais problemas como pouca participação dos pais no processo escolar dos filhos, laboratório de ciências inativo, necessidade de mais cursos de formação continuada, ampliação do espaço da biblioteca e refeitório pequeno. Mas também destaca os pontos que contribuem para o fortalecimento da escola como: Programações sócio-culturais desenvolvidas através de projetos; conteúdos curriculares trabalhados de acordo os eixos temáticos; reuniões de pais por turma com participação dos professores, alunos e equipe pedagógica; participação efetiva do colegiado nas decisões da escola; boa utilização e conservação do prédio e quase cem por cento dos professores são habilitados.

Há um caminho ainda a ser percorrido, pois se faz necessário sensibilizar os pais através de reuniões da importância de acompanhar a vida escolar dos seus filhos, solicitar através de ofício à Secretaria Estadual de Educação os equipamentos necessários para reativar o laboratório de ciências e solicitar também a ampliação da biblioteca e refeitório, bem como implantar novos cursos de formação continuada.

Contudo, a construção do Projeto Político Pedagógico é um processo inconcluso, que requer sempre rever o que está dando certo, reestruturar os itens necessários e, portanto, avaliar periodicamente para que a sua implantação cumpra com sua função principal que é a melhoria do processo pedagógico da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 03 de 26 de junho de 1998 . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30 de janeiro de 2012 . Diário Oficial da União, Brasília, DF.

_____, Presidência da República. Lei nº 11.769 de 2008. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**, através do artigo 26º, § 6º. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm>. Acesso em 06 - 06- 2013.

_____, Presidência da República. Lei nº 11.645 de 2008. **Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**, através do artigo 26º, § 1º e 2º. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 20 - 06- 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 24-02-2013.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LUCCHESI, M. A S. **O diretor da escola pública, um articulador**. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. **Progestão: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola?** Módulo VII. Ricardo Chaves de Rezende Martins, Rui Rodrigues Aguiar; Coordenação Geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília : Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação de. **Guia do diretor escolar Instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do Diretor Escolar**, 2007, 120 p.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais**.

SACRISTÁN, J. Gimeno . **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de, (et al.) .**Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**, 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 20-03-2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, 50 p.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

